

A DINÂMICA DE USO DA TERRA EM TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA FRONTEIRA DE ANTÔNIO JOÃO-MS E PARAGUAI

LAND USE DYNAMICS IN INDIGENOUS LAND AND CONSERVATION UNITS ON THE BORDER ANTÔNIO JOÃO -MS AND PARAGUAY

LA DINÁMICA DEL USO DEL SUELO EN LAS TIERRAS INDÍGENAS Y AREAS SILVESTRES PROTEGIDAS EN LA FRANJA FRONTERIZA DEL ANTÔNIO JOÃO -MS Y PARAGUAY

Patricia Silva Ferreira

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
patiferrera@gmail.com

Charlei Aparecido da Silva

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
charleisilva@ufgd.edu.br

RESUMO

A faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul com Paraguai é marcada, por um lado, por uma dinâmica fluída e porosa no que concerne às relações comerciais entre as localidades e, de outro, pela rigidez e dureza, demonstrada, por exemplo, na apropriação para o uso da terra. A ocupação desta fronteira não é exclusivamente territorial, é sucessivamente temporal, depende dos atores sociais públicos e privados, que a constroem, elaboram e dão condições para existência das dinâmicas que nela se estabelecem. Neste contexto, é possível observar que a expansão espacial econômica, sobretudo para atividade agrícola e de pecuária, atrai capital para a mudança de uso da terra, intensificando a pressão sobre áreas mais vulneráveis, como é o caso das Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs).

Palavras-chave: Fronteira. Povos indígenas. Uso e ocupação das terras. *Commodities*

ABSTRACT

The border between the state of Mato Grosso do Sul and Paraguay is marked by a fluid and porosity dynamic with regard to commercial relations between the localities and, on the other hand, by the rigidity and hardness, demonstrated, for example, by in appropriation for land use. The occupation of this border is not exclusively territorial, it is successively temporal, it depends on public and private social actors, who build it, elaborate, and provide conditions for the existence of the dynamics that are established in it. In this context, it is possible to observe that economic spatial expansion, especially for agricultural and livestock activities, attracts capital to change land use, intensifying pressure on more vulnerable areas, such as indigenous lands and conservation units.

Keywords: Boundary. Indigenous people. Use and occupation of land. *Commodities*

RESUMEN

La franja fronteriza entre el estado de Mato Grosso do Sul y Paraguay está marcada, por un lado, por una dinámica fluida y porosa en cuanto a las relaciones comerciales entre las localidades y, por otro lado, por la rigidez y dureza, demostrada, por ejemplo, por inapropiación para el uso de la tierra. La ocupación de esta frontera no es exclusivamente territorial, es sucesivamente temporal, depende de actores sociales públicos y privados, quienes la construyen, elaboran y condicionan la existencia de las dinámicas que en ella se establecen. En este contexto, es posible observar que la expansión espacial económica, especialmente para actividades agropecuarias, atrae capitales para cambiar el uso del suelo, intensificando la presión sobre áreas más vulnerables, como las tierras indígenas y Areas Silvestres Protegidas (ASPs).

Palabras clave: Frontera. Población indígena. Uso y ocupación del suelo. materias primas

INTRODUÇÃO

Nesse campo de forças, como denominado por Raffestin (1993), que é o território, as fronteiras possuem um papel expressivo na dinâmica dos Estados-Nação, mas, representam verdadeiros desafios na consolidação da soberania dos Estados. No caso da fronteira sul-mato-grossense, sua extensão e baixa densidade demográfica contribuem para falta de controle e fiscalização, sobretudo atualmente, sob o impacto de atores econômicos e sociais com interesses diversos, como resalta Becker (2004), que em grande parte acabam encontrando terreno fértil para atuação ilegal.

Na fronteira Brasil/ Mato Grosso do Sul e Paraguai as relações internacionais passam a ocorrer em múltiplas escalas e esses processos de globalização-modernização acabam produzindo muito mais fragmentações regionais e locais do que, de fato, processos de integração desses lugares.

É neste processo que Haesbaert (2016), destaca que as áreas de fronteiras passam, então, a se rearticular sob essa nova realidade social, produzindo outros “tipos de fronteiras”, assim como corroboram Newman e Paasi (1998) ao conceber a fronteira como um fenômeno multidimensional e dinâmico. Nessa concepção os autores (op. cit., p. 198-199) destacam alguns argumentos sobre esse processo:

- i. o desaparecimento das fronteiras, é relevante para apenas pequena parte da humanidade;

- ii. as realidades observadas dentro de uma esfera específica (econômica) caracterizou abertura de mercados, uma remoção de barreiras comerciais e um ambiente econômico global;
- iii. a superação de barreiras fronteiriças é, principalmente, um fenômeno de base econômica, não valendo, por exemplo, para o fluxo de migrantes e para a homogeneização dos espaços culturais.

Esses apontamentos podem ser observados com certa facilidade na fronteira Brasil/ Mato Grosso do Sul e Paraguai, por vezes, de modo mais paliativo devido ao intenso contato e trocas comerciais nessa fronteira, sobretudo em Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). Nesse sentido, o Paraguai, exerceu uma sensível influência sobre as comunidades fronteiriças brasileiras, desempenhando um papel de “exportador de cultura” (WILCOX, 1993, p. 506). Para Corrêa (2012) a fronteira sul-mato-grossense se caracterizou num contexto de trocas culturais, onde foram incorporados costumes, crenças, culinária, vestimenta e, especialmente, a língua, no qual o guarani e o castelhano foram assimilados com uma mescla do português.

Do ponto de vista econômico, o desaparecimento das barreiras fronteiriças favoreceu uma pequena parcela de agricultores, colonos, companhias colonizadoras e corporações que detinham os meios de produção e comercialização. Para o governo de Stroesner (1954-1989) a ocupação brasileira na fronteira paraguaia tratava-se de uma estratégia para o desenvolvimento econômico do Paraguai (BATISTA, 2013). A abertura das fronteiras facilitou a colonização das terras, quando o governo modificou o Estatuto Agrário, em 1963, e permitiu a compra de terras de propriedades no interior do Paraguai, sem limite de área, por estrangeiros (ALBUQUERQUE, 2010).

De toda forma, uma das questões centrais histórica e geograficamente da fronteira sul-mato-grossense e paraguaia está atrelada às formas de ocupação econômica da região, marcada pelas possibilidades concretas de produção e exploração de recursos ambientais. Um cinturão agrícola alicerça a expansão de um modelo de desenvolvimento na fronteira, antes constituído por regiões ervateiras, cafeeiras conjugadas com a criação de gado em larga escala, hoje, o gado ainda permanece, mas a pauta agrícola é a produção de *commodities* para exportação.

No início do século XX, aparece a exploração econômica de empresas de grande porte, como a Cia Matte Laranjeira, com o plantio da Erva-Mate que monopolizou grande



parte dessa região. O favorecimento na aquisição de vastas extensões de terra, por parte do Estado, para exploração dos ervais nativos inicia o primeiro ciclo de desmatamento nessa região.

Nesse âmbito ainda, não se deve descartar a existência concreta de uma fronteira indígena, tornada de fato uma barreira para agricultores, grandes corporações e empresas colonizadoras brasileiras na ocupação do território, que no período subsequente ao conflito com o Paraguai (1864-1870) solicitavam permissão e apoio ao governo provincial para “civilizar os índios para o trabalho” alegando o aproveitamento dessa mão de obra num território extenso quase despovoado (CORRÊA, 2012).

As comunidades indígenas desempenharam papel fundamental na mão-de-obra na pecuária, na lavoura, na coleta (de erva-mate, borracha etc.) nos transportes fluviais e nos portos, e cabe frisar que sua exploração pode ser apontada em condições análogas à escravidão.

Durante a segunda metade do século XIX até o século XX esse conjunto de fatores combinados promoveu as transformações espaciais e econômicas em toda a extensão dessa fronteira. Não é difícil perceber que a questão da terra está subjacente em todos os graves problemas socioambientais da fronteira entre Brasil/ Mato Grosso do Sul e Paraguai que, saliente-se, ocorreu pela expropriação de terras indígenas e pela luta pela posse de terra entre novos agricultores e antigos colonos.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo realizar uma análise dos impactos socioambientais e pressões em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do município de Bela Vista no Mato Grosso do Sul.

Essa porção do território é marcada pelas marcas deixadas pelos conflitos da Guerra do Paraguai (1864-1870). A invasão paraguaia nessa região, foi considerada o estopim do conflito e se constituiu em um divisor de águas do processo de ocupação dessa área. Diversos episódios bélicos foram travados nessa área e ainda podem ser encontrados vestígios históricos desse embate em várias cidades dessa região (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Essa região ainda foi alvo do acirramento de disputas entre colonizadores ibéricos pela posse de suas terras, as quais também envolveram a população indígena, a exemplo dos Guarani, Guaicuru, Kadiweu, Terena, entre outros (MATO GROSSO DO SUL, 2015).



METODOLOGIA

Área de estudo

Na faixa de fronteira do município de Bela Vista- MS estão localizadas quatro áreas protegidas, sendo duas Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável e duas Terras Indígenas (TIs). A primeira, a APA Municipal dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Rio Apa está localizada no município de Bela Vista e foi instituída pelo Decreto Municipal 3688/2005, possuindo 150.281 hectares (MATO GROSSO DO SUL, 2015), o que corresponde a 30% do território do município. Essa UC possui em seu interior a TI Pirakuá, com 2.384 hectares sobrepostos a área da APA.

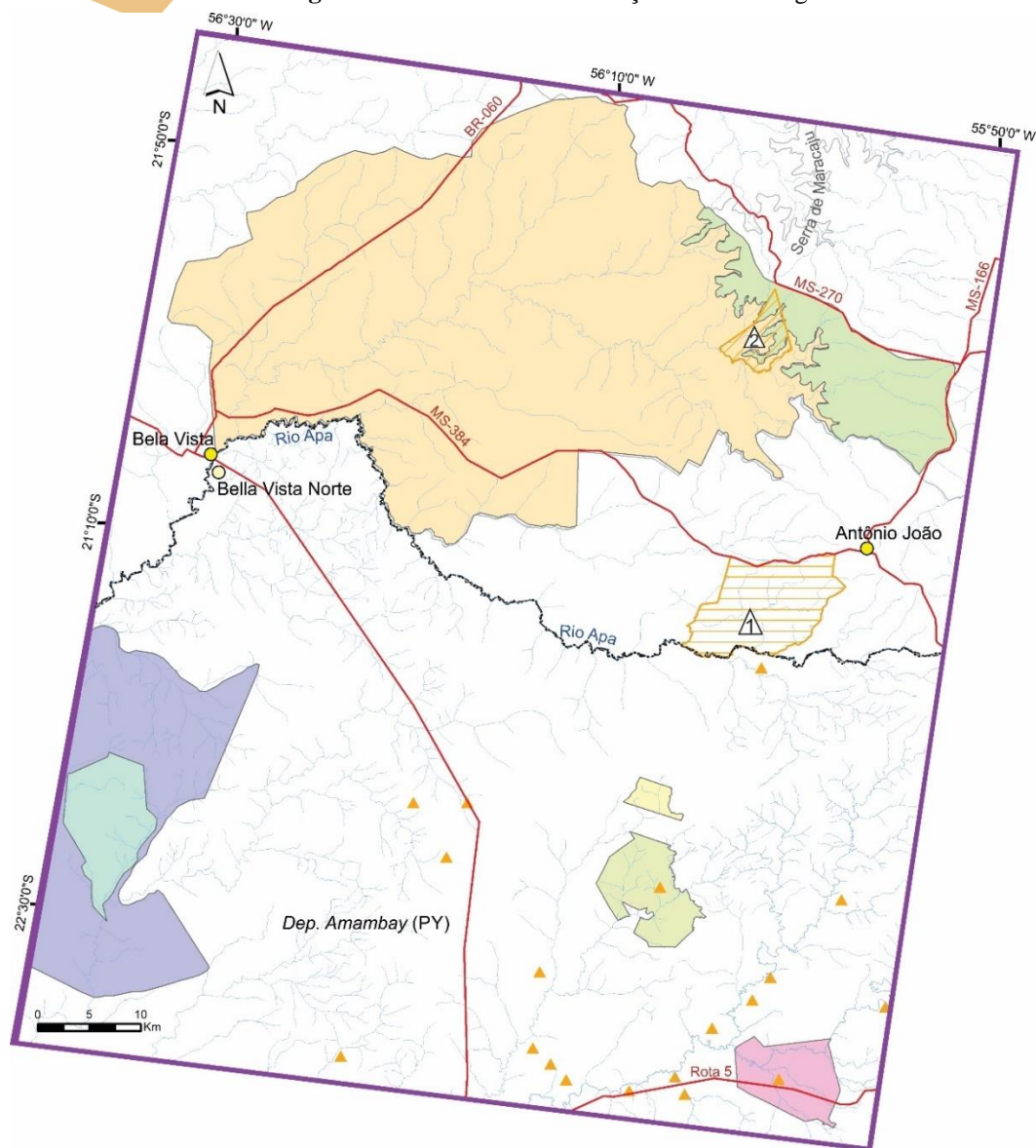
No entorno está uma UC de menor extensão, a APA Municipal das Nascentes do Rio Apa, localizada entre os municípios de Bela Vista e Antônio João, criada anteriormente pelo Decreto Municipal 4743/2005 cuja área é de 17.304 hectares e a TI Ñande Ru Marangatu, com 9.317 hectares (Figura 1 e Tabela 1).

Métodos, técnicas e procedimentos

Os procedimentos metodológicos tiveram apoio em Ferreira (2021). As informações de uso e cobertura das terras para o Mato Grosso do Sul foram extraídas do banco de dados do projeto MapBiomias coleção 4.1 (MapBiomias, 2021), obtidos a partir de imagens do satélite Landsat e disponibilizadas no formato *geotiff* com 30 metros de resolução espacial. Posteriormente ao tratamento dos dados, seguiu-se para extração das informações referente as unidades de conservação e terras indígenas dessa porção do território, utilizando a ferramenta “Calculadora de Campo” do QGIS foram quantificadas as áreas correspondentes a cada classe temática nos cenários de 1985, 1995, 2005 e 2018.

A articulação dos dados, informações e os fatos observados nas diferentes escalas perpassa identificar as características físicas ou naturais, como tipo de relevo, solo, vegetação etc. associando ao processo de apropriação desse território pelo modelo econômico agroexportador.

Figura 1 - Unidades de conservação e terras indígenas na faixa de fronteira de Bela Vista e Antônio João - MS



LEGENDA

I. Unidades de Conservação (MS)

- APA Municipal dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Rio Apa
- APA Municipal das Nascentes do Rio Apa

II. Áreas Silvestres Protegidas (PY)

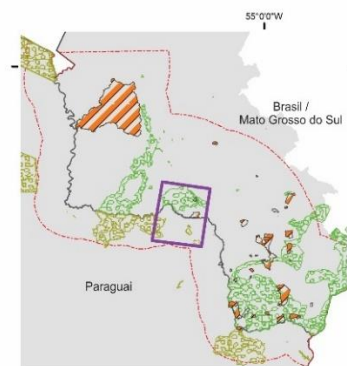
- Reserva de Biosfera Cerrado del Río Apa
- Parque Nacional Cerro Corá
- Parque Nacional Bella Vista
- Reserva Natural Arroyo Blanco
- Reserva Natural Estrella

III. Terras Indígenas

- Regularizada
- Homologada
- 1. Nande Ru Marangatu
- 2. Pirakuá
- Comunidades Indígenas (PY)

IV. Convenções Cartográficas

- Cursos d'água
- Limite internacional
- Faixa de Fronteira
- Rodovias
- Sede municipal (BR)
- Sede municipal (PY)



Projeção UTM
Fuso 21 - Meridiano Central -57°
Datum horizontal: Sirgas 2000

Fonte da base de dados

- Unidades de Conservação - IMASUL (2017)
- Terras Indígenas - FUNAI (2015)
- Áreas Silvestres Protegidas - WDPA (2019)
- Comunidades Indígenas - DGECC (2016)

Organização e Elaboração: Ferreira (2020)
Orientação: Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva

Tabela 1 - Unidades de conservação e terras indígenas na faixa de fronteira de Bela Vista - MS

Unidade de Conservação		Área (ha)	Município(s)	Ano de criação
Grupo	Nome			
Uso Sustentável	APA Municipal dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Rio Apa	150.281	Bela Vista	2005
	APA Municipal das Nascentes do Rio Apa	17.304	Antônio João	2005
Terra indígena		Área (ha)	Município(s)	Fase do processo
Pirakuá		2.384	Bela Vista/ Ponta Porã	Regularizada
Ñande Ru Marangatu		9.317	Antônio João	Homologada

Fonte: IMASUL (2017); FUNAI (2015).
Organizado e elaborado pela autora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É uma região de pecuária histórica e cultural, todavia também apresentam um núcleo de modernização tecnológica, como melhoramento genético do rebanho de corte e para cultivo da soja (MATO GROSSO DO SUL, 2015) (Figura 2). Tradicionalmente, ainda que o uso e ocupação por atividades agropecuárias se constitua no principal agente modificador da paisagem, é possível verificar a ocorrência de fragmentos de Mata Atlântica preservados (Figura 2.3).

Segundo o ZEE-MS (MATO GROSSO DO SUL, 2015) essa área apresenta um nível crescente de instabilidade em função, principalmente, dos desmatamentos que alteram a estabilidade de áreas situadas em vertente íngremes.

Figura 2 – Produção agrícola e pecuária na faixa de fronteira sudoeste do Mato Grosso do Sul, nos municípios de Antônio João e Bela Vista (MS)

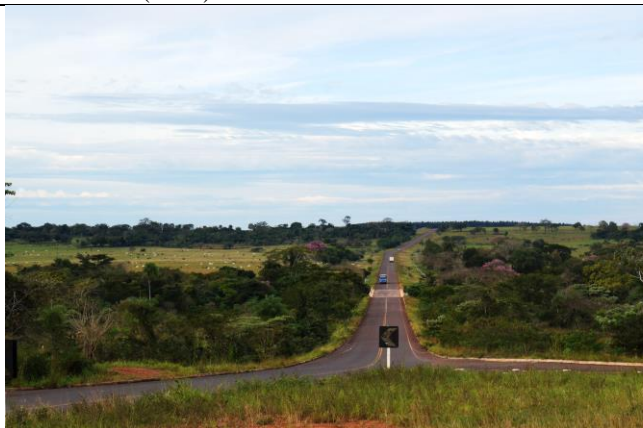


1.a) A pecuária é a principal atividade econômica dessa área da fronteira
Fotos: Ferreira (2018)



2.a) Área recentemente preparada para cultivo na MS-384 no município de Antônio João.
Fotos: Silva (2019)

2.b) A presença de solos de variados com diferentes aptidões agrícolas nessa área permite também a utilização agrícola.
Fotos: Ferreira (2018)



3.a) Áreas de fragmentos de vegetação preservados, associados, principalmente aos cursos d'água e topo de morros.
Fotos: Ferreira (2018)

Com relação ao uso das terras no interior das áreas protegidas observa-se que àquelas que compreendem as TI's tiveram um aumento de 30% na cobertura vegetal natural, essa condição pode ser reflexo da distância dos centros produtores-consumidores, grandes propriedades rurais com baixa densidade demográfica aliadas as limitações físicas do relevo da Serra de Maracaju.

Além disso, a complexa rede de drenagens dessa área resguarda um mosaico de áreas de vegetação natural, fragmentadas, mas ainda assim, conectadas pelos cursos

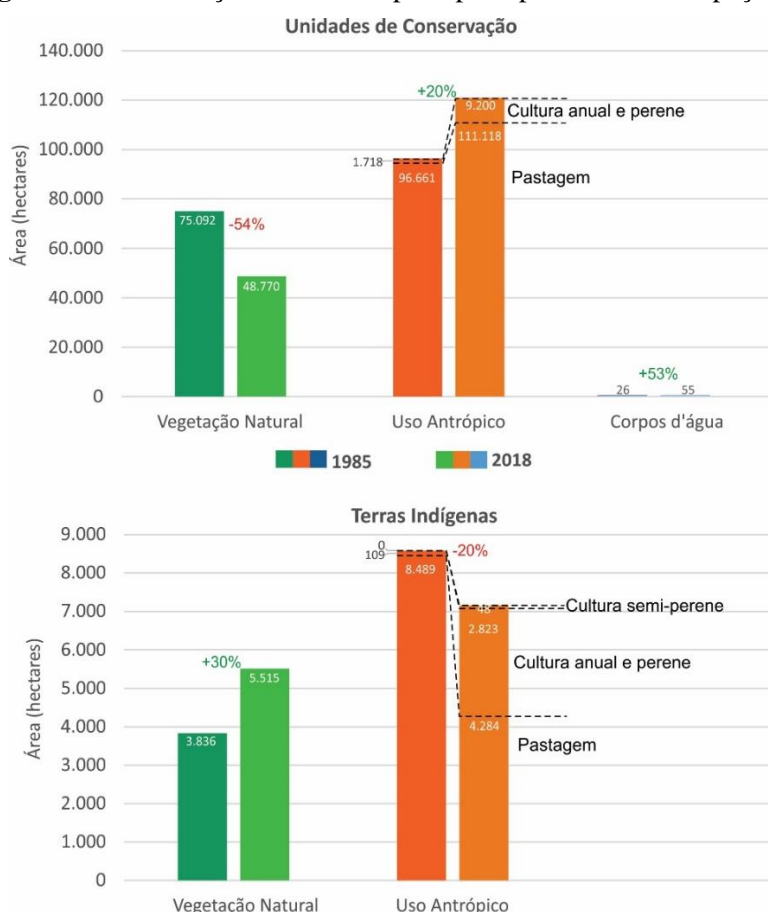


d'água, o que demonstra que esta região se encontra em processo de degradação restrito (MATO GROSSO DO SUL, 2015), muito embora tenha se verificado um aumento de desmatamento a partir dos anos 2000.

Na APA Municipal dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Rio Apa predomina a atividade pecuária, ocupando 69% (105.075 hectares) da área da UC, seguida da área de vegetação nativa, correspondentes as formações florestais, savânicas e campestres, com 43.089 hectares, o que equivale a 28% da área total. Contudo, no período de 1985 a 2018 houve uma perda de 18% da cobertura vegetal nativa, enquanto a pastagem teve um crescimento de 27% e as áreas de cultivo que ocupavam pouco mais de 500 hectares passaram a ter quase 4 mil hectares no interior dessa UC.

Já a APA Municipal Nascentes do Rio Apa teve um incremento de 1.300 hectares de área de vegetação nativa e uma perda de 47% na área de pastagens, que se converteram em área de cultivo agrícola, principalmente do binômio soja/milho.

Figura 3 – Distribuição da área ocupada por tipos de uso e ocupação nas UCs e TIs



Fonte: Elaborado pela autora.

A TI Ñande Ru Marangatu possui 38% de sua área ocupada pela vegetação nativa, tendo um incremento de 1.768 hectares nos últimos 30 anos (1985 a 2018), seguida pela pastagem, que ocupa 35% da área da TI e somente no último cenário de 2018 houve um aumento substancial pelo cultivo agrícola, passando de 104 hectares, em 1985, para 2.769 hectares, atualmente.

A TI Pirakuá está localizada na área mais preservada da APA Municipal dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Rio Apa, abrangendo parte da borda da Serra de Maracaju, possuindo 67% da sua área preservada e 31% dedicada a pecuária, sendo que a área de cultivo agrícola é de cerca de 50 hectares.

No território paraguaio, nessa porção do território, são abarcadas quatro Áreas Silvestres Protegidas (ASPs), no qual, três estão totalmente inseridas e apenas a Reserva da Biosfera *Cerrado del Apa* possui parte de sua área incluída no quadrante de análise (Tabela 2).

Tabela 2 – Áreas protegidas no Paraguai, fronteira com município de Bela Vista – MS

Categoria SINASIP	Nome	Área (ha)	Departamento(s)	Base legal
Parque Nacional	Parque Nacional Bella Vista	7.311	Amambay	Decreto 20.713 de 1998
	Parque Nacional Cerro Corá	5.538	Amambay	Lei N. 2.614
Reserva Natural	Reserva Natural Arroyo Blanco	5.714	Amambay	Decreto 14.944
Reserva da Biosfera Cerrado del Apa		144.709	Amambay /Concepción	Decreto 14.431

*correspondente a área abrangida pelo quadrante da Figura 1.

Fonte: SINASIP (2007); WDPA (2019)

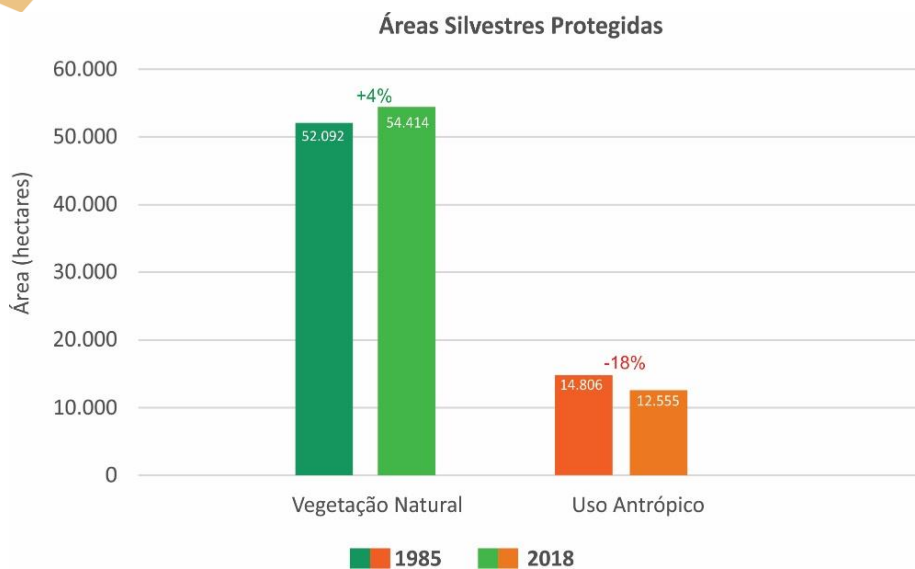
Organizado pela autora.

As mudanças no uso e cobertura da terra observadas nas ASP's no período de 1995 e 2018 (Figura 4) não são significativas, ao contrário das UC's no Mato Grosso do Sul, no interior das ASP's o uso para atividades agropastoris diminuiu 18% (Figura 4). Apesar de contar com a presença de uma comunidade, a Colonia San Isidro, no interior do Parque Nacional Bella Vista, o qual ainda solicitam revogação do Decreto de criação do Parque ao declarar que esta área está ocupada há mais de 20 anos pela comunidade formada por pequenos produtores de gado e agricultores que se estabeleceram ali.

Essa região também se destaca pela produção de erva-mate, o município de Bella Vista é conhecido como a “capital da erva-mate”, pois se dedica a atividade ervateira desde o século passado.



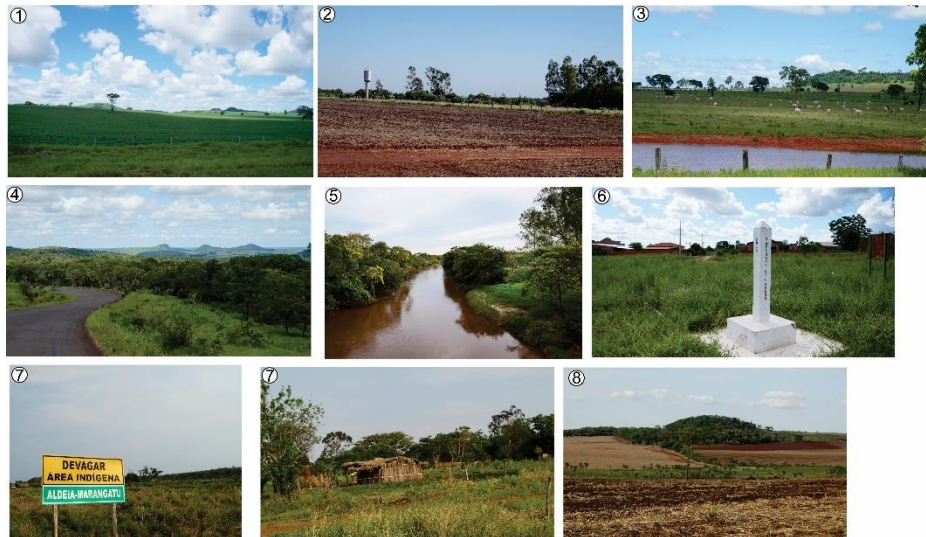
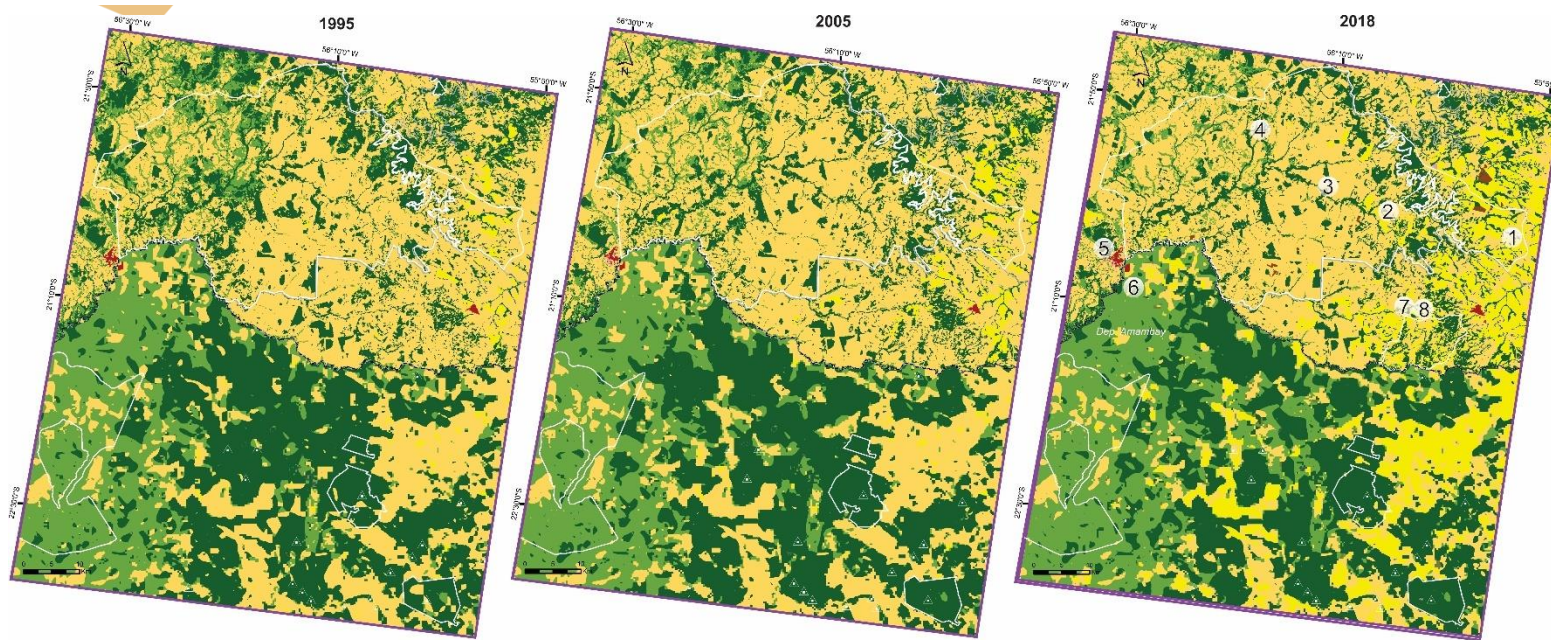
Figura 4 – Distribuição da área ocupada por tipos de uso e ocupação nas ASPs



Nessa porção sudoeste de Mato Grosso do Sul e Região Oriental do Paraguai, as unidades de conservação, terras indígenas, áreas silvestres protegidas e as comunidades indígenas mantiveram-se como ilhas cercadas por cultivos mecanizados propensos a situações de vulnerabilidade devido aos impactos socioambientais, a presença de estrangeiros nas propriedades rurais e as condições precárias de trabalho – sobretudo em relação aos indígenas.

Os conflitos fundiários, o desmatamento para expansão da pecuária e das lavouras de soja e o próprio acesso aos recursos naturais, que foi limitado na medida em que as áreas naturais foram sendo convertidas em grandes fazendas de monoculturas, são alguns dos efeitos colaterais que podem ser destacados nesse cenário.

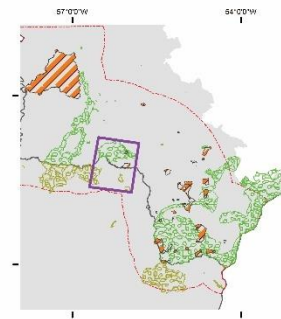
Figura 5 - Uso e ocupação no quadrante abrangido pela fronteira de Bela Vista - MS



LEGENDA

I. Uso e ocupação das terras

- Formação Florestal
- Formação Savânica
- Formação Campestre
- Floresta Plantada
- Pastagem
- Cultura anual e perene
- Cultura semi-perene
- Infraestrutura urbana
- Corpos d'água
- Áreas protegidas



Projeção UTM
Fuso 21 - Meridiano Central -57°
Datum horizontal: Sirgas 2000

Fonte da base de dados
Uso e ocupação das terras - Map Biomas (2019),
ESA CCI (2019); Unidades de Conservação -
IMASUL (2017); Terras Indígenas - FUNAI (2015)
Organização e Elaboração: Ferreira (2020)
Orientação: Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dinâmica territorial em que o modelo agroexportador é visceral e vertiginoso, ainda que desigual nas várias regiões, os setores ligados a ele (a montante e a jusante) necessariamente se sobressaem. Em função disso que as medidas de preservação e conservação das áreas protegidas são tão importantes.

Portanto buscar a integração das Unidades de Conservação, Terras Indígenas, além das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente identificadas como elementos integradores da paisagem e que podem funcionar como corredores e/ou trampolins ecológicos. O pagamento por serviços ambientais e/ou o ICMS ecológico podem contribuir na condução dessas medidas desde que, implementados de forma efetiva e com critérios mais rígidos. Porém a implementação de corredores ecológicos, como apontado por Forman (1983) é vista como a estratégia mais assertiva para manter a conectividade e conservação das áreas protegidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

BATISTA, L. C. **Brasiguaios na fronteira**: caminhos e lutas por liberdade e pela resistência camponesa. Campo Grande: Editora UFMS, 2013.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CORRÊA, L. S. **História e fronteira**: o sul de Mato Grosso 1820-1920. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

FERREIRA, P. S. **Dinâmicas territoriais na fronteira de Mato Grosso do Sul/ Brasil e Paraguai**: a produção da *commodity* soja para exportação e suas consequências socioambientais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

FORMAN, R.T.T. **Corridors in a landscape**: their ecological structure and function. *Ekológia* (CSSR), v.2, n.4, p.375-387, 1983.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

NEWMAN, D.; PAASI, A. **Fences and neighbours in the postmodern world**: boundary narratives in political geography. *Progress in Human Geography*. v. 22, n. 2, p. 186–207., 1998.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomias – Coleção 4.0 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul - segunda aproximação**: elementos para construção da sustentabilidade do território sul-mato-grossense. Campo Grande, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do poder**. Brasília: Editora Ática, 1993.

WILCOX, R. **Paraguayans and the making of the Brazilian far west, 1870-1935**. The Americas, New York. v. 49, n. 4, p. 479–512., 1993.

Recebido em agosto de 2022.

Revisão realizada em novembro de 2022.

Aceito para publicação em janeiro de 2023.